

A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NA PARAÍBA: A FUNDAÇÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL

Dmitri da Silva Bichara Sobreira *

Resumo: Este artigo é o resultado de dissertação de mestrado que estuda o partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba. A Arena foi o partido criado para dar sustentação à ditadura militar. Nele, analiso a transição para o sistema bipartidário e a formação do Diretório Regional da Arena em 1966. A intenção é compreender qual o perfil do político que filiou-se à Arena e como ocorreu a reorganização das oligarquias identificadas com o golpe civil-militar de 1964 em apenas dois partidos.

Palavras-chave: Arena – Partido político – Paraíba

Abstract: This paper is the result of dissertation studies the political party of Aliança Renovadora Nacional (Arena) in Paraíba. The Arena was created for support military dictatorship. Here, I analyze the transition to the two-party system and the formation of the Regional Directorate Arena in 1966. The intention is to understand what is the profile of the politician who joined the Arena and as was the reorganization of identified oligarchies with the civil military coup 1964 in only two political party.

Keywords: Arena – Political party – Paraíba

“O PRI brasileiro, quem diria, acabou sendo a Arena”.

(Luís Fernando Veríssimo)

Essa frase de Luís Fernando Veríssimo foi relatada por Lúcia Grinberg (2009)¹ com a intenção de problematizar a memória da sociedade brasileira sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena). O partido ao qual Veríssimo compara a Arena é o Partido Revolucionário Institucional (PRI), fundado após a Revolução Mexicana de 1910, agregador de todos os grupos políticos apoiadores desse movimento revolucionário. De acordo com Grinberg, essa não era uma alusão desconexa, pois o PRI foi de fato um modelo seguido pelo governo militar.

A Arena foi um partido político criado pelo governo instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Através do Ato Institucional nº 2 (AI-2)², decretado em 1965, foi extinto o sistema pluripartidário criado em 1945 e instaurado um sistema bipartidário, composto pela Arena, sustentação ao regime autoritário no Congresso Nacional, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição moderada e controlada ao governo. A intenção de seus idealizadores era agrupar os apoiadores do golpe de 1964 espalhados pelos diversos

* Mestrando em História pela UFPB.

partidos existentes em uma única agremiação, evitando a necessidade de negociação entre o Executivo e os vários partidos políticos existentes.

Nesse artigo, resultado de pesquisa desenvolvida para a produção de dissertação de mestrado, busco analisar a formação do Diretório Regional da Arena no estado da Paraíba. Nele discutiremos o contexto político da Paraíba na época do golpe de 1964; relataremos o processo eleitoral de 1965, último ocorrido com o antigo sistema pluripartidário; e adentraremos à formação do Diretório Regional da Arena.

A Paraíba é um pequeno estado da região nordeste, na década de 1960 era predominantemente rural, apesar de haver um embrionário setor industrial e modesto crescimento urbano. A classe política local era majoritariamente formada pelas oligarquias surgidas através do poder econômico do latifúndio, grandes propriedades de terras produtora de monocultura voltada para a exportação. Essas oligarquias eram lideradas por um chefe político e utilizavam-se dos partidos políticos como meio para ascender ao poder estatal. Esse grupo social, através de uma série de práticas políticas de controle eleitoral e dos espaços de poder, buscava manter uma estrutura social elitista, que subjugava economicamente os trabalhadores e população de baixa renda negando-lhes direitos sociais e excluindo-os da política institucional.

Quando houve a redemocratização em 1945, as principais oligarquias do estado dividiram-se entre dois partidos: a União Democrática Nacional (UDN) abrigou os opositores ao Estado Novo; em contrapartida, ao Partido Social Democrático (PSD), filiaram-se todos aqueles que de alguma forma beneficiaram-se com o governo de Getúlio Vargas, assim como os não contemplados pelo esquema *udenista*. Ao longo dos anos outros partidos foram surgindo na Paraíba, como o Partido Libertador (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Republicano (PR), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB)³. Dessa forma o esquema partidário era focado na UDN e PSD - históricos rivais eleitorais - sendo orbitado pelas demais agremiações, que ganhavam algum protagonismo político quando coligavam-se a esses dois partidos.

Na década de 1960 o país vivia a tensão política do governo de João Goulart. Por um lado cresciam os grupos de esquerda, inspirados pelas reformas de base propostas por Goulart, por outro, os grupos conservadores de direita respondiam ao progressismo da esquerda através de organizações sociais, como os partidos políticos. Difundia-se um discurso anticomunista contra os grupos de esquerda que viam no governo Goulart a possibilidade de

uma revolução comunista no país, nos moldes da ocorrida em Cuba em 1959. Esse cenário de polarização repetia-se no âmbito regional.

Na Paraíba, em suas principais cidades, o movimento estudantil e de trabalhadores urbanos emergiam politicamente ganhando destaque através de manifestações, como greves e passeatas. Mas era do campo que surgia a principal ameaça à hegemonia da classe conservadora, as ligas camponesas. Segundo César Benevides (1985)⁴, elas tinham como finalidade assistir os trabalhadores rurais da região, tendo como destaque a liga camponesa de Sapé.

De acordo com Paulo Giovani Antonino Nunes (2014)⁵, quando houve o golpe civil-militar de 1964, a classe conservadora local através de organizações sociais aderiram ao movimento golpista logo em seguida a sua decretação⁶. Na classe política, o governador Pedro Gondim (PDC)⁷, por meio de uma nota divulgada pela imprensa, aderiu à iniciativa golpista, felicitando as Forças Armadas pelo feito. A Assembleia Legislativa também divulgou nota, assinada pelo seu presidente, o deputado estadual Clóvis Bezerra (UDN), na qual apoiava a ação dos militares (A União, 2 de abr. de 1964, p. 8). Bezerra também assinou nota na qual seu partido congratulava-se com as principais representações militares no nordeste (A União, 7 de abr. de 1964, p. 1). Monique Cittadino (1998)⁸ relata que no interior do PSD também houve participação o esquema golpista. Dos principais partidos, apenas o PTB manifestou publicamente, de forma bastante tímida, apoio ao presidente deposto. O líder da bancada *petebista* na Assembleia, o deputado Ronaldo Cunha Lima, endereçou telegrama ao presidente do partido na Paraíba, o senador Argemiro de Figueiredo, pedindo que transmitisse a João Goulart o pensamento de lealdade partidária (A União, 8 de abr. de 1964, p. 8).

À época do golpe, o que prevaleceu foi a defesa da propriedade privada. Para isso, houve a união das oligarquias, históricos rivais eleitorais, distribuídas nos diversos partidos políticos dando sustentação ao movimento golpista no estado, favorecendo interesses de uma elite econômica, para manter uma ordem que excluía as camadas mais baixas direitos de cidadania⁹.

Após o golpe, em 1965, esses grupos tornaram a disputar o poder com o pleito para governador do Estado. Nesse ano, UDN e PSD voltaram a disputar eleições majoritárias. Os *udenistas* João Agripino e Severino Cabral, candidato a governador e vice representavam a coligação UDN/PDC/PL; e *pessedista* Ruy Carneiro, juntamente com o *petebista* Argemiro de Figueiredo, candidatos a governador e vice, respectivamente, pela coligação PSD/PTB/PR.

Porém, devido a conflitos políticos entre as diversas oligarquias que compunham as chapas, houve uma série de dissidências, nas quais membros de um partido apoiavam o candidato da coligação rival¹⁰.

As eleições de 1965, que foram vencidas por João Agripino, servem para mapear como se encontrava a divisão partidária na Paraíba antes da decretação do AI-2. As mesmas oligarquias que apoiaram o golpe de 1964 mantinham suas disputas políticas no âmbito regional e os partidos tinham sua importância nesse processo. Dessa forma, o que nos interessa saber é: como ocorreu a reorganização partidária na Paraíba e como as oligarquias reagiram ao AI-2 e ao bipartidarismo.

Baixado no dia 27 de outubro, um mês após as eleições de 1965, o AI-2 surpreendeu a todos no estado. A classe política ainda vivia a inquietação da última disputa eleitoral e não houve pronunciamentos acerca do assunto, apenas o governador Pedro Gondim telegrafou ao presidente Castello Branco prestando solidariedade pela atitude (O Norte, 28 de out. de 1965, p. 8), e a Assembleia Legislativa decretou sessão permanente para acompanhar o andamento da situação política nacional (O Norte, 29 de out. de 1965, p. 8). Em meio ao desconhecimento da classe política, João Agripino declarou que chegou a participar da elaboração de alguns pontos do novo decreto presidencial (O Norte, 29 de out. de 1965, p. 8).

Quase um mês após decretado o AI-2 e extinto os partidos, o governo federal baixa o Ato Complementar nº4 (AC-4), uma espécie de anexo do Ato Institucional. Nele foram fixadas as diretrizes para a formação dos novos partidos, determinando a criação de apenas duas legendas: a Arena e o MDB. A intenção do novo esquema partidário era congregar na situação todos os apoiadores do novo regime político dispersos em diversos partidos, principalmente na UDN e no PSD, fazendo com que o governo militar tivesse no Legislativo uma bancada numerosa para dar-lhe apoio.

Para que a Arena controlasse também o poder nos estados, o presidente Castello Branco convidou todos os governadores eleitos para que esses se encarregassem de formar o Diretório Regional do partido. A política local tem especificidades que vão além do contexto nacional, e Castello Branco sabia que precisaria harmonizar muito bem o poder regional para ter seu partido da forma desejada. Esses governadores se encarregariam de conciliar os grupos políticos até então rivais.

Nesse sentido, o colunista José Souto, do jornal *O Norte*, relata que houve uma conversa entre Castello Branco e João Agripino para planejar a organização da Arena na Paraíba. O general-presidente queria que o governador eleito considerasse a possibilidade de

fazer de sua gestão uma composição interpartidária. No planejamento de Castelo Branco, Agripino negociaria secretarias com políticos da antiga coligação PSD/PTB/PR para que esses ingressassem no partido do governo. Segundo Souto, em resposta, Agripino asseverou que não se opunha ao ingresso de nenhum de seus adversários na Arena, porém disse que não via nenhuma possibilidade de aceitar a participação de correligionários de Ruy Carneiro em seu governo. Na narrativa traçada pelo colunista, depois de alguns argumentos, Agripino teria se negado a negociar secretarias com a oposição em troca de apoio para a Arena, encerrando a conversa assim: “[...] *presidente, se o preço de minha posse no governo da Paraíba é um acordo na base das secretarias, já não sou governador, porque nestes termos não tomarei posse*” (SOUTO. O Norte, 7 de dez. de 1965, p. 2).

Esse imbróglio da composição do partido refletiu-se quando saiu a lista para colher assinaturas no Congresso Nacional para filiar-se à Arena. Os deputados e senadores aliados de João Agripino assinaram o documento, garantindo seu lugar no partido, enquanto os políticos da coligação oposicionista assinaram a lista da Arena sem a certeza de participação no governo estadual. No primeiro momento, a assinatura do senador Ruy Carneiro não apareceu na lista de nenhum dos partidos. Carneiro tinha um significativo prestígio junto ao presidente Castelo Branco, e esse contava com sua presença na Arena, porém ele não podia se submeter à chefia partidária de Agripino.

Meses depois, Ruy Carneiro lançou manifesto no qual aderiu ao MDB. Em entrevista concedida no ano de 1977, ele relatou como foi o processo de ingresso no MDB. De acordo com seu relato, tudo acabou em um amigável acordo político no qual ingressaria na oposição, mas não incomodaria o governo militar:

Quando houve a formação dos novos partidos, ele [Castelo Branco] fazia questão de que eu fosse para a ARENA, e Filinto Müller [...] disse a ele: “Castelo, tenha paciência, mas Rui Carneiro é um chefe político e, na Paraíba, ele não se pode submeter à chefia dos atuais dirigentes da ARENA. Tenha paciência, mas ele terá que ficar no MDB”. E eu fiquei no MDB. Conduzo-me muito bem, porque não vou incomodar o governo. Sou amigo, por exemplo, do presidente Geisel, visito-o [...] (Entrevista: Ruy Carneiro. Acervo NIDHR, 1977, p. 42)

Junto com Ruy Carneiro, várias figuras da coligação oposicionista voltaram atrás e aderiram ao MDB, porém, outras mantiveram sua filiação à Arena, como foi o caso do deputado federal Teotônio Neto. O *ex-pessedista* concedeu entrevista demonstrando suas intenções quando filiou-se à Arena, nela ele ressalta que a adesão dos políticos de oposição ao

governador a essa legenda tem como justificativa a possibilidade de formação de sublegendas¹¹:

Tem sido constante preocupação nossa criar condições para que os estatutos da Arena, sob a forma de sub-legendas da Aliança Renovadora Nacional, se abriguem diversas correntes de opinião em choque, sem que haja adesismos aos governos locais, muito embora todos integrem o mesmo partido [...] Pelo exposto nenhum ex-pessedista, ex-trabalhista, ex-udenista, etc. deve ter constrangimento de ingressar na ARENA. Poderá ele continuar sob liderança do senador Ruy, do governador Agripino, do Sr. Pedro Gondim, ou de outros. (Correio da Paraíba, 12 de dez. de 1965, p. 1)

Após a posse de João Agripino como governador do Estado, ele voltou suas atenções para a formação da Arena. Após reuniões com Teotônio Neto e Pedro Gondim, designou-se uma comissão de deputados para viajar pelo interior do estado consultando as oligarquias rurais para aderirem ao partido. Em poucos dias, os membros da comissão já relatavam a adesão de 78 prefeitos de cidades do interior do estado (O Norte, 18 de fev. de 1966, p. 8). Esse alto número de filiações de oligarquias nos remete ao papel de conciliador político que Agripino teve de desempenhar.

Pouco tempo depois, as querelas municipais começaram a aparecer. O prefeito da cidade de Patos, o ex-udenista José Cavalcanti, telegrafou ao deputado Clóvis Bezerra, protestando contra a entrada de rivais políticos na Arena. Diante de um quadro de revolta entre seus aliados, o governador reuniu seus correligionários em um jantar no Palácio da Redenção, sede do poder Executivo estadual, para explanar suas intenções acerca do novo partido. Respalado pelas premissas do governo federal, João Agripino explicou em seu discurso que sua perspectiva era a de congregar as principais lideranças políticas paraibanas, unindo todos aqueles que desejassem compor com aquilo que chamavam de “governo revolucionário”. Tentando convencer seus aliados da importância de aceitar rivais históricos no partido, Agripino encerrou seu discurso relatando que, quando consultado pelo presidente Castelo Branco se havia restrições em aceitar adversários políticos na Arena, respondeu que não haveria dificuldade alguma:

Quero, pois, falar, precisamente, aos que vieram compor conosco, com o partido do Governo Federal, a ARENA do Estado da Paraíba, para lhes dizer que quando fomos consultados pelo Presidente da República sobre se tínhamos restrições ou dificuldades a aceitar adversários nesse novo partido, respondendo que nenhuma dificuldade tínhamos e nenhuma objeção ao ingresso de qualquer dos adversários de última luta. A nossa afirmativa foi da mais absoluta sinceridade. (A União, 20 de mar. De 1966, p. 4)

A preferência pela Arena entre os políticos paraibanos, também é evidente quando analisamos a distribuição dos parlamentares da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa, como mostram as tabelas 1 e 2:

Tabela 1. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Câmara Federal

	PSD	UDN	PTB	Total
Total	5	6	2	13
Arena	1	6	1	8
MDB	4	0	1	5

Fonte: Mello (2010)

Tabela 2. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa

	PSD	UDN	PDC	PTB	PL	PSB	PR	Total
Total	10	6	8	6	2	4	1	37
Arena	1	5	8	3	2	3	1	24
MDB	9	1	0	3	0	1	0	13

Fonte: Mello (2010) e Mariz (1987)¹²

A formação do Diretório Regional da Arena ocorreu em março de 1966, na sede da extinta UDN, em João Pessoa. Presidida por João Agripino, nessa reunião estavam presentes lideranças dos antigos partidos. Foram empossados os 65 membros da secção estadual, definidos os integrantes do Gabinete Executivo Regional, Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Entre os 29 ocupantes de cargos nessa secção partidária, há a predominância de indivíduos dotados de notória vida pública, ocupantes de cargos eletivos e/ou profissões de respaldo na sociedade, como mostra a tabela 3:

Tabela 3. Membros de cargos eletivos do Diretório Regional da Arena e suas ocupações

Nome	Ocupação
Álvaro de Sá Vasconcelos	-
Antônio Nominando Diniz	Deputado estadual e advogado
Antônio Santiago	Médico
Carlos Pessoa Filho	Agrônomo
Clóvis Bezerra Cavalcanti	Deputado estadual e médico
Clóvis Sátiro	-
Euvaldo da Silva Brito	Advogado
Expedito Rodrigues de Holanda	Prefeito e comerciante
Francisco Pereira	-
Francisco Souto Neto	Deputado estadual e tabelião
Gil Galdino da Silva	Prefeito e comerciante

Joacil de Brito Pereira	Deputado estadual e advogado
José Braz do Rêgo	Deputado estadual e advogado
José Targino	-
Lauro Wanderley	Médico
Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho	Deputado estadual e agrônomo
Manoel Ângelo da Silva	-
Otávio Mariz Maia	Deputado estadual e médico
Pedro Moreno Gondim	Advogado e professor
Renato Ribeiro Coutinho	Industrial
Robson Soares Espíndola	-
Romeu Gonçalves Abrantes	Deputado estadual e advogado
Salviano Leite	-
Severino Cabral de Souza	Advogado
Sigismundo Souto Maior	-
Sílvio Pélico Pôrto	Deputado estadual e advogado
Waldir dos Santos Lima	Deputado estadual e advogado
Zacarias Sitônio	Tabelião

Fonte: Acervo do Diretório Nacional da Arena

Porém, essa aparente união das oligarquias não era incontestável. O jornal *A União*, porta voz oficial do Estado, ecoando o discurso agregador de Agripino, relatou em seu editorial a opinião de uma figura política receosa em aderir ao esquema *arenista*.

Dizia que certa figura da vida política paraibana discordara da opinião de companheiro de antigo esquema partidário, quando este, se referindo à formação da “ARENA”, dissera que: “agora somos todos tripulantes do mesmo navio”... E para que isso acontecesse ao entrevistado do programa referido, tinha ele necessidade de antes de tudo, identificar-se com a “tripulação” e conhecer de perto seu “comandante”. Tudo por medida de precaução, de sobrevivência, pois estava lembrado das estórias marinhas: não raro certos comandantes jogavam aos tubarões, em alto mar, tripulantes que não fossem do agrado... (EDITORIAL. *A União*, 5 de mar. de 1966, p. 3)

Aparentemente o comentário acima exposto foi de um membro da chapa oposicionista ao governador João Agripino no pleito de 1965. Esse então oposicionista relatava o cuidado que antigos membros da oposição deveriam tomar ao “embarcar” junto à “tripulação” do novo esquema partidário chefiado pelo “comandante” João Agripino. Respondendo ao comentário proferido pelo oposicionista, o *A União* afirma:

Embora sem preocupação, o pretendido reparo ao “aprendiz de marinheiro”: deixa o temor de lado, e engaja logo no “navio” que acolheu teu companheiro e há lugar para todos! O “barco” é sólido, bem calafetado, sem perigo de ir “d’água abaixo”... A “tripulação” é de primeira linha, disciplinada e eficiente... E finalmente o “comandante” é um experimentado “capitão de longo curso”, conhecedor de

abrolhos e acostumado a vencer tempestades... Ele há de levar a todos - “barco” e “tripulação” - a um porto seguro. (EDITORIAL. A União, 5 de mar. de 1966, p. 3)

Na Arena, entre os membros da chapa situacionista estavam muitos opositores ao seu chefe, João Agripino. Eram políticos conservadores, contrários às propostas de reformas políticas e sociais. Poderia ser considerada a “embarcação” mais segura da política nacional pós-golpe de 1964. Sua segurança tinha um motivo muito bem apresentado: era o partido da chamada “revolução”. Estar junto ao consolidado governo militar poderia trazer tranquilidade para os políticos que queriam manter suas práticas conservadoras e elitistas. Porém, a conjuntura local fez com que nem todos os políticos que partilhassem de práticas políticas conservadoras se filiassem à Arena.

Analisada a formação do Diretório Regional da Arena na Paraíba, podemos concluir que esse partido assemelha-se ao PRI mexicano, ao qual Luís Fernando Veríssimo faz alusão. A organização surgiu aparelhada para comportar os diversos grupos políticos distribuídos nas diversas legendas anteriormente existentes.

Quando discutimos a forma pela qual se deve analisar os partidos, há a importância de inseri-los em seu quadro histórico, contextualizando-os antes de sua formação. Retrocedendo ao golpe de 1964, entendemos a participação dos partidos e identificação que eles tinham com aquele movimento político. Essa identidade prevaleceu quando houve a transição para o bipartidarismo, pois foi alta a adesão ao partido daquilo que chamavam “revolução”. Diante disso, houve uma série de esquemas para a organização de todas as oligarquias na Arena, e aqueles que não se encaixaram, conseguiram mesmo na oposição, manter sua fidelidade ao governo autoritário.

Na dissertação, há uma continuidade da discussão da Arena paraibana em relação a acomodação das oligarquias locais, como na análise eleitoral, e sua vinculação à ditadura militar, como representantes eleitos pela sociedade civil. Essas são discussões que não cabem nesse artigo, mas ficam como apontamentos para trabalhos futuros.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.28.

² O AI-2 foi um decreto baixado pelo governo federal que, além de extinguir os partidos políticos, continha uma série de medidas que limitava os poderes Judiciário e Legislativo, em contrapartida ao Executivo. Os Atos Institucionais foram sendo decretados ao longo da ditadura militar como medidas autoritárias para aumentar o poder de ação do governo, dando-lhe, muitas vezes prerrogativas para interferir em assuntos que não são de sua responsabilidade.

³ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado após a redemocratização. Na Paraíba foi formado por pequenos burgueses e trabalhadores urbanos. De significativo, conseguiram eleger o deputado estadual João Santa Cruz em 1946. Com a cassação do registro partido, os comunistas se espalharam pelas mais variadas legendas.

⁴ BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-miliár: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs). *Golpe civil-miliár e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: UFPB, 2014, p, 78-118.

⁶ A Arquidiocese Paraibana, setores da imprensa conservadora e a União Pesseense dos Estudantes Secundaristas (UPES) parabenizaram os militares pela iniciativa. Clubes e associações da classe média, como o Rotary Club, o Lions Club e o Centro Paraibano de Relações Públicas (CPRP) manifestaram apoio ao movimento militar oferecendo jantares aos oficiais das Forças Armadas. Organizada pelo Movimento de Arregimentação Feminina (MAFEP) e pela Igreja Católica, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em João Pessoa logo após o golpe, concentrando mais de vinte mil pessoas.

⁷ Pedro Gondim foi um político de características progressistas no estado da Paraíba. Sua trajetória na política paraibana começou no PSD, mas após desentendimentos com Ruy Carneiro, principal líder *pessedista*, que boicotou sua candidatura ao governo do Estado em 1959, Gondim desvincula-se do PSD, filiando-se ao PDC, firmando coligação com a UDN para vencer as eleições para governador contra o *pessedista* Janduhy Carneiro, irmão de Ruy. Vale ressaltar que naquele ano, por problemas internos, a UDN não teve condições de lançar candidato próprio, preferindo apoiar Gondim. Em seu governo, viveu “entre a cruz e a espada”, pois ao mesmo tempo que dava condição para o crescimento dos sindicatos e movimentos sociais, era pressionado pelos seus correligionários *udenistas* para combatê-los. À época do golpe de 1964 Gondim apenas declarou sua adesão quando percebeu que era algo irreversível.

⁸ CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

⁹ O golpe na Paraíba foi sucedido por enorme repressão política. Houve o desmantelamento de organizações de esquerda, prisões e cassação de mandatos eletivos. As ligas camponesas foi a organização mais atingida, tendo, inclusive, algumas lideranças assassinadas.

¹⁰ O caso mais emblemático envolve os grupos políticos da cidade de Sousa. Por ser primo legítimo de João Agripino, o prefeito da cidade, Antônio Mariz, filiado ao PTB, declara apoio à chapa *udenista*, enquanto a família Gadelha, integrante da UDN local, devido divergências com o candidato a governador pelo seu partido, compuseram chapa com Ruy Carneiro.

¹¹ As sublegendas foi uma forma do governo autoritário conciliar os diversos grupos políticos que ingressariam na Arena. Nas eleições majoritárias, cada partido poderia lançar até três candidatos no esquema das sublegendas (ex. Arena-1, Arena-2 e Arena-3), servindo para que o bipartidarismo não interferisse nas históricas disputas entre as oligarquias no âmbito local.

¹² MARIZ, Celso, LEITÃO, Deusdedit. *Memória da Assembleia Legislativa*. João Pessoa: Assembleia Legislativa, 1987.

Recebido em: 20/03/2016

Aprovado em: 07/10/2016